

Reforma da Previdência: a luta continua

SERÁ QUE EXISTE UM "ROMBO DA PREVIDÊNCIA"?

Dados da Seguridade Social, que incluem Previdência, Saúde e Assistência Social, mostram que não



SEGURIDADE SOCIAL

(NÚMEROS APROXIMADOS DIVULGADOS EM 2015 PELA ANFIP)

DESPESAS RECEITAS

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

R\$ 436 BI

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

R\$ 352,6 BI

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

R\$ 41,8 BI

COFINS

R\$ 200,9 BI

BOLSA FAMÍLIA E OUTROS

R\$ 26,9 BI

CSLL

R\$ 59,7 BI

SAÚDE

R\$ 102,2 BI

PIS/PASEP

R\$ 53 BI

BENEFÍCIOS FAT

R\$ 48,2 BI

ENTIDADES DA SEGURIDADE

R\$ 20 BI

OUTRAS DESPESAS

R\$ 27,9 BI

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

R\$ 7,8 BI

SOMA DAS DESPESAS

- R\$ 683 BILHÕES

SOMA DAS RECEITAS

+ R\$ 694 BILHÕES

SALDO: + R\$ 11 BILHÕES

1. Receitas da Seguridade Social conforme art. 195 da Constituição Federal
2. A tabela da ANFIP é baseada em dados oficiais do governo (SIAFI)

Brasil de Fato

A história da ADUFLA na luta contra a reforma da Previdência em 2003

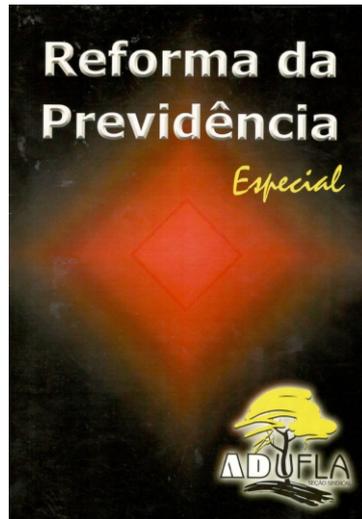
A reforma do regime de previdência do setor público foi a pauta central da mobilização em 2003, com o ANDES-SN e suas Seções Sindicais trabalhando para unificar o movimento nacional de enfrentamento à retirada de direitos, e beneficiando os grandes grupos econômicos interessados na previdência privada.

A ADUFLA-S.Sind atuou com sua base de sindicalizados(as) para que as propostas fossem amplamente debatidas e realizou uma série de atividades e palestras com inúmeros convidados, entre eles dois deputados federais, a favor e contra a reforma. Foram elaborados textos de apoio e notas para divulgação organizados no caderno Especial Previdência.

A luta foi muito desigual, com o Governo aparelhando organizações sindicais como a CUT, e viabilizou uma reforma que não solucionou o problema do falso rombo, além de retirar mais direitos e implantar um sistema de previdência via FUNPRESP (2012) que criou grupos diferentes nas categorias dos servidores(as) públicos(as).

Mais uma vez, o momento nos chama para a mobilização de enfrentamento a esta nova etapa de tentativa de destruição do sistema de previdência da classe trabalhadora, que neste caso, estende-se também ao regime geral da previdência, ou seja, aos(as) trabalhadores(as) do setor privado. As justificativas para a implementação da proposta de 2017 são recorrentes e falsas, escondendo os dados do financiamento da seguridade social e evitando tratar do debate sobre a dívida pública, do debate sobre os grandes devedores, e sobre o benefício aos grandes grupos econômicos, em especial os do setor financeiro.

Por isso, impera a necessidade de continuar lutando pelos direitos dos(as) trabalhadores(as) e contra a proposta neoliberal do atual governo ilegítimo de Michel Temer que busca repassar o ônus do ajuste das contas públicas para a classe trabalhadora.



SUMÁRIO

Editorial

A reforma na mídia

Reforma em debate

Murais e panfletos

Assembleias

Análise jurídica da reforma

Entrevista com o deputado federal Sérgio Miranda



Previdência: o servidor público

TRIBUNA DE LAVRAS

Qual a possibilidade de... A previdência dos servidores públicos... A reforma da previdência... A luta dos servidores... A importância da previdência... A necessidade de uma reforma justa... A luta dos servidores... A importância da previdência... A necessidade de uma reforma justa...

A UNIVERSIDADE PÚBLICA E O GOVERNO LULA

Assessoria Universitária Pública... A luta dos servidores... A importância da previdência... A necessidade de uma reforma justa... A luta dos servidores... A importância da previdência... A necessidade de uma reforma justa...

Servidores públicos vão parar pela retirada da PEC 40/03

Os servidores públicos federais... A luta dos servidores... A importância da previdência... A necessidade de uma reforma justa... A luta dos servidores... A importância da previdência... A necessidade de uma reforma justa...

Servidores fazem manifestação contra a PEC 40

Os servidores públicos federais... A luta dos servidores... A importância da previdência... A necessidade de uma reforma justa... A luta dos servidores... A importância da previdência... A necessidade de uma reforma justa...

Confira as principais perdas com a aprovação da reforma:

- Redução da aposentadoria em 50%;
- Fim da regra de transição;
- Perda de até 35% dos proventos, caso o servidor se aposente antes dos 60 anos (homens) ou 55 anos (mulheres);
- Fim da aposentadoria proporcional;
- Imposição da Previdência Complementar com a qual o servidor arcará com todos os riscos das administrações, das quadraturas e nunca saberá com quanto irá se aposentar;
- Contribuição dos inativos;
- Limite de até 70% para pensões;

Confira a íntegra através do link <http://www.adufla.org.br/site/?p=2503>

AGENDA

92º Encontro da Regional Leste do ANDES SN 17 e 18 de Fevereiro - UFLA

**17 Fevereiro - Abertura
Palestra Prof^a. Sara Granemmer (UFRJ)
"Contrarreforma da Previdência: a destruição do direito à aposentadoria"
Local: Anfiteatro do Departamento de Biologia
Horário: 18h30**

**18 Fevereiro
Reunião das Seções Sindicais da Regional Leste
Local Anfiteatro do Departamento de Ciências Exatas
Horário: 9h**

Visita aos Departamentos da UFLA

A diretoria da ADUFLA estará participando das Assembleias Departamentais para ouvir as demandas dos docentes em prol de uma maior aproximação com a categoria.

**DCH / Dia 8 Fevereiro - 14h
DEF / Dia 9 Fevereiro - 13h30
DSA 15 Fevereiro- 15h15
DNU / Dia 9 Março - 8h30**

Expediente

Dietoria - Gestão 2017 e 2018

Presidente - Francisval de Melo Carvalho – DAE
Vice-presidente - Amanda Castro Oliveira – DEX
1º secretário - Roberto Alves Braga Jr. – DEG
2º secretário - Gustavo Costa de Souza – DAE
1º tesoureiro - Marcelo de Carvalho Alves – DEG
2º tesoureiro - Gustavo Seferian S. Machado – DIR

Conselho Deliberativo

Luiz Antônio de Bastos Andrade – DAG
 Giovana Augusta Torres – DBI
 José Monserrat Neto – DCC
 Joelma Pereira – DCA
 Lizzy Ayra Alcântara Veríssimo – DCA.

Suplentes

Gabriela Cristina Braga Navarro – DIR
 Joel Yutaka Sugano – DAE

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Lavras - Seção Sindical

Campus da UFLA, Lavras - MG, CEP 37200-000
(35) 3829 1167 | adufla@adufla.ufla.br
Jornalista responsável Adriano Salgado (JP06962)
Tiragem 1.000 exemplares

36º Congresso Nacional do ANDES-SS

Sob uma conjuntura de intensos ataques realizados pelo ilegítimo governo de Michel Temer aos direitos da classe trabalhadora, e sob as consignas inspiradoras de lutas passadas e dos saldos políticos da greve da categoria deflagrada em 2016, realizou-se em Cuiabá-MT, de 23 a 28 de janeiro, o 36º Congresso do ANDES-SN.

O evento, que contou com 350 de delegadas e delegados e com um total de mais de quatrocentos docentes credenciados, conduziu de forma ampla e democrática uma infinidade de discussões, tendo todas sido marcadas pela busca de unidades e fortalecimento da categoria na costura das nossas bandeiras políticas e programáticas para o próximo período.

Este esforço na busca da unidade veio a resultar em um registro de centralidade de lutas que revela não só a indispensabilidade de nosso sindicato nacional garantir as conquistas corporativas de nossa categoria, buscando sempre ampliá-las, mas também vindicar a valorização da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, junto sempre com a defesa de outros serviços públicos. Desta forma, aprovou-se por aclamação, depois de muita discussão, o seguinte texto de síntese:

"Defesa dos serviços públicos e do projeto de educação do ANDES-SN, referenciado no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, lutando pela autonomia e valorização do trabalho docente, construindo ações na luta contra a intensificação da retirada dos direitos, contra a apropriação do fundo público pelo capital e a criminalização dos movimentos sociais e todas as formas de opressão. Intensificação do trabalho de base, em unidade com a CSP-Conlutas, as entidades da educação e demais organizações do campo classista, na perspectiva da reorganização da classe trabalhadora, pelo Fora Temer e a construção da greve geral."

Desta condensação programática também podemos depreender duas outras questões fundamentais que foram vivamente discutidas e encaminhadas pelo Congresso: a indispensabilidade de se construir a greve geral como instrumento de luta e resistência contra o desmonte de nossos direitos historicamente conquistados – tendo-se, vale ressaltar, sinalizado o dia 15 de março como primeiro marco de mobilização nacional do setor da educação, na esteira do chamado da CNTE -, e que esta só será possível encampar com amplo enraizamento de base e com a unidade dos setores de classe em movimento.



Profº Gustavo Seferian (DIR) esteve presente como delegado da ADUFLA no 36º Congresso ANDES, realizado em janeiro, em Cuiabá-MT

Pulularam ainda as discussões concernentes à previdência, que não só circundaram as ameaças presentes na contrarreforma lançada por Temer, mas também pelos desenhos do enfrentamento ao FUNPRESP, tema que a nós é muito caro, levando-se em conta o grande contingente de jovens professoras e professores que compõe nossa base. Técnica e politicamente as discussões foram subsidiadas pelas sempre ótimas intervenções das Profas. Sara Granemann e Maria Lúcia Fattorelli, convidadas do ANDES-SN, que em muito puderam auxiliar nas linhas de enfrentamento que pretendemos encampar nos próximos meses, que serão decisivos nesse particular tocante.

Outro ponto de destaque foi a manifestação auto-organizada das mulheres participantes do Congresso, que, em resposta às denúncias de atos machistas praticados por docentes contra monitoras e professoras, se insurgiram com força e contundência. Estas manifestações resultaram em dois atos públicos - sendo um deles acompanhado de atividade cultural -, bem como a elaboração de uma nota de repúdio a estes atos e a constituição de uma comissão de mulheres, que daqui em diante será permanente, que terá

o condão de apurar cada um destes atos de opressão, que devem ser extirpados de nosso sindicato e da nossa sociedade.

Também no que concerne ao enfrentamento à opressão de gênero, foram de grande valia as linhas apontadas no sentido de viabilizar cada vez mais a ampliação da participação feminina nos espaços do sindicato, inclusive com subsídios às professoras mães, a serem priorizadas nas representações de base.

Com grande satisfação podemos registrar que a delegação da ADUFLA cumpriu, uma vez mais, papel ativo e participante nas discussões e decisões que ensejaram estas sínteses, não só nos Grupos Mistos de trabalho, como também nas tribunas da plenária e na elaboração dos Textos de Resolução aprovados.

Que venha um grande semestre de lutas e vitórias! Que venha o CONAD, para que novas políticas - por certo acertadas - possam ser cunhadas, de forma radicalmente democrática e combativa! Fora Temer, nenhum direito a menos, seguiremos!

Gustavo Seferian Scheffer Machado (DIR)
Ana Carolina Ramos (DEX)

Editorial: “A nossa luta contra a PEC 55”

A categoria dos docentes federais se mobilizou em 2016 contra os malefícios da emenda constitucional que congela os gastos federais por 20 anos exceto aqueles ligados aos gastos com a dívida pública.

Apesar do grande impacto negativo, a sociedade brasileira somente passou a reagir contrariamente a esta medida quando a mesma já estava para ser votada no Senado. Tarde demais.

Os docentes federais decidiram realizar o enfrentamento logo após a votação na Câmara Federal mesmo sabendo da desfavorável correlação de forças, relacionadas de um lado pela elite dominante que patrocinava o Governo Golpista e de outro pela classe trabalhadora com a maioria das representações de classe muito enfraquecidas pelo Governo Dilma.

Portanto, o Andes-SN protagonizou a luta contra a PEC55 sem a mesma motivação das outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras, o que inviabilizou uma greve geral que seria a única possibilidade de freio ao congelamento de gastos.

Para somar ao enfraquecimento das muitas representações de classe e movimentos sociais, o Governo providenciou via STF o julgamento de um caso específico relacionado ao corte de salários de servidores em greve que foi usado como se fosse algo geral e de aplicação imediata.

Com este julgamento, mesmo sem seu trânsito em julgado ou ordem presidencial para aplicação direta, e portanto sem eficácia imediata, o Governo pressionou gestores públicos de todo o país a protagonizar uma ação de repressão ao movimento grevista de resistência.

Nas universidades e institutos federais esta ação repressiva e intimidatória foi empregada de forma heterogênea, com ou nenhum ato repressivo. A UFLA optou por realizar um encaminhamento confuso, e delegou aos diversos gestores internos o chamado “livre arbítrio”, mas com as devidas ressalvas das consequências punitivas aos gestores que não agissem de forma a identificar os grevistas. Muitos chefes usaram um expediente excepcional e ilegal de controle e assinatura de presença para identificar os grevistas, o que foi muito significativo para amedrontar e esmorecer os ânimos de docentes. Neste momento, é relevante parabe-



nizar os gestores que evitaram este procedimento intimidatório mostrando-se como gestores comprometidos com seus e suas colegas, mesmo com as ameaças insustentáveis que recaiam sobre si.

O Comando Local de Greve, o Comitê de Ética e a Diretoria da Adufla fizeram várias reuniões com a Administração da UFLA no sentido de evitar ataques ao direito dos(as) docentes por lutar contra o estrangulamento financeiro da presença do Estado na sociedade, que no caso especial das universidades representará um grave entrave ao seu funcionamento. Fato também de conhecimento da administração da UFLA, e que ensejou inclusive nota de repúdio pelo seu Conselho máximo contra a medida de austeridade. Isso, claro, sem falar no evidente esmagamento dos salários.

O desfecho final acabou mostrando que propostas de duplicidade de reposição colocadas pela Administração da UFLA, além do uso do ilegal do controle de ponto para identificar grevistas, não causaram efeito danosos aos docentes, exceto pela exagerada desconfiança, presente por exemplo, na inversão da presunção da ministração de aulas, impondo que estas fossem atestadas por ficha de reposição e folha de presença de alunas e alunos.

Entramos em uma fase de grande turbulência e ataques aos direitos, inclusive aos direitos adquiridos. A grave restrição da PEC55 - hoje já

aprovada Emenda Constitucional 95/16 -- ainda fará seus efeitos nos próximos anos, e isso somado às novas regras da previdência e à possível contrarreforma trabalhista que podem colocar em definitivo o fim de uma série de direitos dos(as) docentes, além de representar uma nova era de rebaixamento da universidade brasileira.

Por isso, é fundamental que a categoria docente esteja atenta a esta nova fase de ataques que continuam nos primeiros meses de 2017, e que todas(os) estejam prontas(as) para cerrar fileiras e enfrentar inclusive as tentativas internas de intimidação que esperamos que não ocorram mais.

Neste ano, a ASPESAL/ADUFLA comemora 50 anos de existência, com uma grande história de lutas e conquistas, que permitiram que muitos ainda possam desfrutar de uma universidade pública minimamente funcionando e com uma carreira docente não tão depreciada como a de outros docentes dos níveis estadual e municipal. Faremos o esforço de dividir com todos e todas esta história ao longo deste ano, mostrando nossos diversos momentos de luta e de congraçamento que podem ser inspiradores para os enfrentamentos que sempre existirão frente aos ataques daqueles que buscam a implantação de um Estado mínimo. Participe conosco dos diversos eventos políticos e festivos, e nos ajude a construir mais uma página da nossa bela história.

